

FONTES IMPRESSAS

História dos, nos e por meio dos periódicos[1]

Tania Regina de Luca

Na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil. A introdução e difusão da imprensa no país e o itinerário de jornais e jornalistas já contava com bibliografia significativa, além de amiudarem-se as edições fac-símiles e os catálogos dando conta de diários e revistas que haviam circulado em diferentes partes do território nacional.[2] Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História **da** imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História **por meio da** imprensa.

Vários fatores explicam tal situação, que não constituía particularidade brasileira. Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade

dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.

A crítica a essa concepção, realizada já na década de 1930 pela chamada Escola dos *Annales*, não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo. Percorrer o caminho que vai da desconsideração à centralidade dos periódicos na produção do saber histórico implica acompanhar, ainda que de forma bastante sucinta, a renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da disciplina.

A História Nova e além

A prática historiográfica alterou-se significativamente nas décadas finais do século XX. Na França, a terceira geração dos *Annales*[3] realizou deslocamentos que, sem negar a relevância das questões de ordem estrutural perceptíveis na longa duração, nem a pertinência dos estudos de natureza econômica e demográfica levados a efeito a partir de fontes passíveis de tratamento estatístico, propunha "novos objetos, problemas e abordagens".

Os aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Lingüística e a Semiótica, ao mesmo tempo em que incentivavam a interdisciplinaridade e traziam contribuições metodológicas importantes, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar. Na introdução da coletânea que pretendia dar conta das transformações em curso, Jacques Le Goff e Pierre Nora explicitaram:

> Obra coletiva e diversificada, pretende, no entanto, ilustrar e promover um novo tipo de história [...]. A novidade parece-nos estar ligada a três processos: *novos problemas* colocam em causa a própria história; *novas abordagens* modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; *novos objetos*, enfim, aparecem no campo epistemológico da história.[4]

A face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História. Outras menos visíveis, apesar de talvez mais profundas, apontavam para a "passagem de um paradigma em que a análise macroeconômica era primordial para uma História que focaliza os sistemas culturais", a fragmentação da disciplina, o esmaecer do projeto de uma História total e o interesse crescente pelo episódico e pelas diferenças, processo que recebeu elegante formulação do historiador Michel de Certeau:

> O historiador não é mais um homem capaz de construir um império. Nem visa mais o paraíso de uma história global. Ele chega a circular em torno das racionalizações conquistadas. Ele trabalha nas margens. Sob esse aspecto, ele se torna um erradio.[5]

Tais mudanças alteraram a própria concepção de documento e sua crítica, cujos pontos essenciais foram sistematizados pelo historiador francês Jacques Le Goff.[6]

Ao lado do vendaval causado pela História Nova, há que se mencionar a profunda renovação do marxismo, particularmente marcante nos estudos de Raymond Williams, Perry Anderson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e, sobretudo, E. P. Thompson, reunidos em torno da *New Left Review* (1960). O abandono da ortodoxia economicista, o reconhecimento da importância dos elementos culturais, não mais encarados como reflexo de realidades mais profundas, o que era comum em leituras reducionistas, e a verdadeira revolução copernicana efetuada por Thompson ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo (*history from below*), trouxeram ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes

ignorados e inspiraram abordagens muito inovadoras, inclusive a respeito de culturas de resistência.[7]

Não cabe acompanhar aqui cada um dos abalos epistemológicos da disciplina. O que parece relativamente assente no momento é o fortalecimento da História cultural, tributária, em grau bastante variável, da Antropologia e ancorada no estudo das práticas e representações sociais. A imagem de que se valeu o historiador Le Roy Ladurie para descrever o itinerário das pesquisas de seu colega Michel Vovelle – da adega ao celeiro (*de la cave au grenier*) –, ou seja, das estruturas econômicas e sociais à cultura, pode ser tomada como metáfora para o campo historiográfico, tantos foram os que percorreram a mesma estrada.[8]

Ao longo do trajeto, a visão telescópica, proveniente do amplo campo de observação e das séries quantificáveis que não prescindiam do auxílio do computador – o mesmo Ladurie afirmou, em tom de ironia, "de agora em diante ou o historiador será programador, ou não será historiador" – foi confrontada com o olhar da micro-história, sensível aos detalhes e objetos modestos, o que colocou em pauta a questão dos complexos "jogos de escalas" manipulados pelos historiadores.[9]

Já a virada lingüística ou desafio semiótico (*lingustic turn, semiotic challege*), ao mesmo tempo em que evidenciou o caráter narrativo do texto historiográfico e forçou a discussão de sua natureza, gerou ácidas polêmicas quanto à (in)existência de referências externas ao próprio discurso.[10] Os debates ultrapassaram as fronteiras dos novos objetos, abordagens e/ou problemas e introduziram outras fissuras no trato documental. Como assinalou o historiador Antoine Prost, alterou-se o modo de inquirir os textos, que "interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam" e, poderíamos completar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem.[11]

No cenário atual, dois outros pontos, relacionados e não coincidentes, merecem destaque: a história imediata, voltada para o tempo presente, seara até bem pouco exclusiva de jornalistas e sociólogos, e o que se consagrou como "retorno" da História política, nunca totalmente abandonada, mas vítima de significativo ostracismo durante grande parte do século XX. René Rémond, organizador da coletânea que se tornou emblema da reivindicação de cidadania historiográfica para o político, distinguiu entre a História política e a do presente:

> Muito freqüentemente misturamos as duas porque os mesmos historiadores militam pelas duas causas. Mas as duas não coincidem. O interesse pelo político não é próprio da história recente e o político não está exclusivamente ligado à proximidade no tempo.[12]

A observação é importante, pois evidencia o esforço para libertar a abordagem política da acusação de apego ao efêmero. Rémond rebateu outros óbices que pesavam sobre a História política (factual, subjetiva, psicologizante, idealista) e, como convém num texto manifesto, sublinhou a profundidade das mudanças:

> Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa. Como então acreditar que seu renascimento possa ser apenas um veranico de maio?[13]

No lugar de "retorno" do político parece mais apropriado usar revivescência ou renovação, uma vez que não se prescinde das contribuições teórico-metodológicas alcançadas nas últimas décadas, como bem atestam não apenas a enfática declaração citada, mas também as aproximações e cruzamentos entre os âmbitos da História cultural, que está no centro das renovações historiográficas, e da História política, na sua acepção renovada, expressas em termos de política cultural e cultura política, que receberam formulação precisa na importante coletânea assinada por Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli.[14]

O panorama traçado, ainda que muito breve e esquemático, permite divisar as grandes linhas de força do campo historiográfico, com as quais os especialistas brasileiros têm mantido constante diálogo. Podemos então juntar os fios da meada: diante do quadro sempre mutável de desafios e inquietações teórico-metodológicas, que lugar a historiografia brasileira tem reservado à imprensa?

A imprensa sob suspeição

Na terceira edição de *Teoria da História do Brasil* (1968), o historiador José Honório Rodrigues dedicou dois parágrafos à História da imprensa e, embora tomasse o jornal como uma das "principais fontes de informação

histórica", ponderava que "nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial", caracterizado como "mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso". E alertava:

> a discussão de problemas desta natureza pouco tem preocupado os historiadores da imprensa no Brasil. Eles se limitaram sempre à exata ou inexata narração dos periódicos e jornalistas que desde os tempos da independência formaram ou expressaram a opinião pública.[15]

Jean Glénisson, professor francês que atuou no Departamento de História da Universidade de São Paulo, autor do manual *Iniciação aos estudos históricos*, sucessivamente reeditado e que inspirou a criação de cursos de introdução à disciplina pelo país afora, comungava posição bastante similar.[16] Ao comentar os procedimentos críticos demandados pelos jornais, Glénisson ponderou que estes se revestiam de "complexidade desanimadora. Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo". Ele endossou as palavras do historiador Pierre Renouvin, que insistia na importância crucial de se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, aspectos que continuavam negligenciados seja pelos historiadores que recorriam à imprensa, seja pelos que se dedicavam a escrever sua História.[17]

Nos dois casos, já não se questionava o uso dos jornais por sua falta de objetividade – atributo que, de fato, nenhum vestígio do passado pode ostentar –, antes se pretendia alertar para o uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador. Daí o amplo rol de prescrições que convidavam à prudência e faziam com que alguns só se dispusessem a correr tantos riscos quando premidos pela falta absoluta de fontes. Outros, por seu turno, encaravam as recomendações com grande ceticismo, uma vez que tomavam a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos. Assim, ainda que por motivos muito diferentes, tais leituras

contribuíam para alimentar o desprezo que os profissionais da área seguiam conferindo à imprensa.[18]

Num texto pioneiro, Ana Maria de Almeida Camargo foi além das recomendações metodológicas próprias dos ensaios teóricos e avaliou como os desafios estavam sendo enfrentados na prática. Depois de reiterar as armadilhas reservadas pela imprensa – "corremos o grande risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade" –, apresentou diagnóstico preciso da situação:

> A pouca utilização da imprensa periódica nos trabalhos de História do Brasil parece confirmar nossas suposições. Alguns, talvez, limitem seu uso por escrúpulo, já que encontram, tão em evidência e abundância, as "confirmações" de suas hipóteses – e com a mesma facilidade, também, argumentos contrários. A maioria, porém, pelo desconhecimento, pela ausência de repertórios exaustivos, pela dispersão das coleções. Quando o fazem, tendem a endossar totalmente o que encontram, aproximando-se de seu objeto de conhecimento sem antes filtrá-lo através de crítica mais rigorosa.[19]

Apesar do balanço pouco animador, a autora defendeu com veemência as possibilidades ensejadas pelos jornais, que ela mesma se incumbiu de evidenciar a partir da análise dos trabalhos que até aquele momento (final dos anos 1960) haviam se valido de forma sistemática dessas fontes. Se o pioneirismo inconteste cabia a Gilberto Freyre, que por meio dos anúncios de jornais estudou diferentes aspectos da sociedade brasileira do século XIX,[20] a produção de vários pesquisadores, formados segundo padrões de excelência acadêmica e que ocupavam lugar de destaque no meio universitário – caso de Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Stanley J. Stein, Nícia Vilela Luz e Leôncio Martins Rodrigues[21] –, não dispensava a ida aos jornais, seja para obter dados de natureza econômica (câmbio, produção e preços) ou demográfica, seja para analisar múltiplos aspectos da vida social e política, sempre com resultados originais e postura muito distante da tão temida ingenuidade.[22] Foi justamente no momento em que a imprensa passava a figurar como importante fonte primária que veio a público o trabalho de Nelson Werneck Sodré, um dos poucos a abordar a história da imprensa brasileira desde os seus primórdios até os anos 1960.[23]

A imprensa como objeto

O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História **da** imprensa e **por meio da** imprensa, o próprio jornal tornou-se **objeto** da pesquisa histórica. A tese de doutoramento de Arnaldo Contier, *Imprensa e ideologia em São Paulo* (1973), já indicava esse caminho ao valer-se da Lingüística e da Semântica para estudar o vocabulário político-social presente num conjunto de jornais publicados entre o fim do Primeiro Reinado e o início da Regência (1827 e 1835) e identificar os matizes da ideologia dominante num momento de acirrada disputa pelo controle dos quadros políticos e burocráticos da nação recém-independente.[24]

A partir de outra perspectiva metodológica, as dissertações de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974), fundidas no livro intitulado *O bravo matutino* (1980), voltaram sua atenção para um jornal republicano de grande circulação e bem afirmaram a novidade da abordagem escolhida:

> Os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação. A presente pesquisa ensaia uma nova direção ao instituir o jornal *O Estado de S. Paulo* como fonte única de investigação e análise crítica. A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero "veículo de informações", transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.[25]

A partir da análise dos editoriais (1927-1937), as autoras evidenciaram a atuação do matutino como porta voz dos interesses de setores da classe dominante paulista e a maleabilidade do liberalismo abraçado pelos seus responsáveis, reformulado diante dos desafios impostos por circunstâncias sociopolíticas específicas: Crise de 1929; movimentos de 1930 e 1932; implantação do Estado Novo. Em trabalho posterior, Maria Helena Capelato continuou a investigar os fundamentos do liberalismo, num período mais amplo (1920-1945) e valendo-se de uma dezena de periódicos que tiveram participação prolongada e ativa na política paulista e do país.[26]

Ainda na década de 1970, merece destaque a rigorosa e extensa pesquisa levada a cabo por Vavy Pacheco Borges que, por intermédio dos jornais que compunham a grande imprensa paulistana – *O Estado de S.Paulo, Correio Paulistano* e *Diário Nacional* –, investigou as relações entre Getúlio Vargas e a oligarquia do estado, desde o momento em que o político assumiu a liderança da bancada gaúcha na Câmara Federal (1926) até às vésperas do movimento de 1932. (Borges, 1979)

Trabalho, cidade e imprensa

A História do movimento operário, que desfrutou de grande prestígio nos círculos acadêmicos brasileiros especialmente entre 1970 e 1990, encontrou na imprensa uma de suas fontes privilegiadas. Agora não se tratava mais de lidar com jornais de cunho empresarial, capazes de influenciar a vida política, mas de manejar folhas sem periodicidade ou número de páginas definidas, feitas não por profissionais, mas por militantes abnegados, por vezes redigidas em língua estrangeira, sobretudo italiano e espanhol, impressas em pequenas oficinas, no formato permitido pelo papel e máquinas disponíveis, sem receita publicitária e que, no mais das vezes, contava com subscrição dos próprios leitores para sobreviver, características que foram estudadas por Maria Nazareth Ferreira.[27]

A organização de arquivos, com destaque para o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL, 1974) da Unicamp, que publica os *Cadernos do AEL*, e da reunião no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM, 1996) dos arquivos Mário Pedrosa e do Movimento Operário Brasileiro, antes sediado em Milão, colaboraram decididamente para evidenciar a riqueza desse corpo documental. Dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíam em instrumento essencial de politização e arregimentação.

Quando, sob o influxo das renovações da disciplina, a atenção ampliou-se para além do movimento organizado com o acréscimo de questões sobre

gênero, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiências e práticas políticas cotidianas, formas de lazer e sociabilidade, produção teatral e literária, a imprensa operária continuou a ser um manancial imprescindível, ao lado dos depoimentos orais, das fontes judiciais e dos arquivos policiais, os últimos só mais recentemente abertos aos pesquisadores, caso do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro e Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo. Vale assinalar também o surgimento de investigações historiográficas consagradas a períodos bem mais recentes, rompendo-se a tendência, antes majoritária, dos estudos sobre a classe operária concentrarem-se no período da chamada República Velha. [28]

Importância de ordem equivalente teve a imprensa para as pesquisas acerca da imigração, intensificada a partir das últimas décadas do século XIX e que teve propósitos e sentidos bastante distintos nas regiões cafeeiras e no Sul do país.[29]

O mundo do trabalho industrial não pode ser dissociado das cidades e do processo de urbanização, com os quais guarda a mais estreita vinculação. Os estudos sobre o urbano constituíram-se em importante campo temático da pesquisa histórica.[30] As transformações conhecidas por algumas capitais brasileiras nas décadas iniciais do século XX foram, em várias investigações, perscrutadas por intermédio da imprensa, tal como na levada a efeito por Heloisa Cruz, que bem apontou as relações entre o periodismo, que também se difundia e diversificava, cultura letrada e o viver urbano em São Paulo.[31] A aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade (automóveis, bondes, eletricidade, cinemas, casas noturnas, fonógrafos, câmaras fotográficas), a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as "classes perigosas", a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtaram de buscar parte das respostas na imprensa periódica, por cujas páginas formularam-se, discutiram-se e articularam-se projetos de futuro.[32]

O novo cenário citadino do início do século XX abrigava uma infinidade de publicações periódicas: almanaques; folhetos publicitários de casas comerciais e indústrias; jornais de associações recreativas, de bairros e das

destinadas a etnias específicas; folhas editadas por mutuais, ligas e sindicatos operários, até os grandes matutinos e as revistas ditas de variedades, principal produto da indústria cultural que então despontava. A publicação de catálogos relativos a acervos institucionais abarca o itinerário da imprensa em diferentes espaços e, além de se constituírem em importantes instrumentos de pesquisa, permitem apreender o rápido incremento e a diversidade desses materiais.[33]

"Tempos eufóricos": revistas, imagens, publicidade...

O impresso revista merece ser analisado com vagar. O gênero aos poucos se individualizou em face de outras formas de impressos periódicos. A *Revista da Semana* (Rio de Janeiro, 1900), de Álvaro Teffé, é unanimemente apontada como marco do surto – que se prolongaria por décadas – das chamadas revistas ilustradas ou de variedades. Com apresentação cuidadosa, de leitura fácil e agradável, diagramação que reservava amplo espaço para as imagens e conteúdo diversificado, que poderia incluir acontecimentos sociais, crônicas, poesias, fatos curiosos do país e do mundo, instantâneos da vida urbana, humor, conselhos médicos, moda e regras de etiqueta, notas policiais, jogos, charadas e literatura para crianças, tais publicações forneciam um lauto cardápio que procurava agradar a diferentes leitores, justificando o termo variedades. Pode-se supor que tal uso cumpria função estratégica: diante do relativamente minguado público leitor/consumidor, o sucesso do negócio revista dependia de se conseguir ampliar ao máximo os possíveis interessados, daí o recurso a uma rubrica ampla, que permitia incluir de tudo um pouco.

Eram os "tempos eufóricos" de *Ilustração Brasileira* (Paris, 1901), *O Malho* (RJ, 1902), *A Avenida* (RJ, 1903), *Kosmos* (RJ, 1904), *Fon-Fon* (RJ, 1907), *Careta* (RJ, 1908), *O Pirralho* (SP, 1911), *A Cigarra* (SP, 1914), *Dom Quixote* (RJ, 1917) e de muitas outras, algumas efêmeras, outras ativas por décadas a fio. Renovação significativa somente ocorreria com *O Cruzeiro* (1928), quando a fotografia e a reportagem ganharam novos sentidos e asseguraram à revista a liderança no mercado nacional. Semanários como *Manchete* (1952) e *Fatos e Fotos* (1961) não romperam com o padrão herdado de décadas anteriores, efetivamente alterado mais tarde pelas revistas semanais de informação, como *Veja* (1968).

A locução adjetiva "de variedades" é aplicada para dar conta de uma gama extremamente diversa de situações. Como já se destacou, sua escolha

não era arbitrária, antes apontava para a relativamente pequena segmentação de mercado. Entretanto, o pesquisador deve estar atento para as armadilhas que ela pode encerrar, pois tal caracterização, por si só, pouco colabora para que se percebam diferenças e nuances existentes entre as revistas em circulação nas primeiras décadas do século passado. Ainda que grande parte se autodenominasse "de variedades", é possível distinguir a intenção de atingir públicos diversificados. Eram revistas de variedades, mas ao mesmo tempo femininas, masculinas, infantis, esportivas, pedagógicas e educacionais, humorísticas, dedicadas ao rádio, teatro e cinema, étnicas, religiosas, científicas, literárias, voltadas para os interesses do comércio, lavoura ou indústria, sem esquecer o mundo do trabalho, que seguia caminhos próprios, fora do âmbito do mercado.

Essa verdadeira explosão do mundo dos impressos periódicos tem sido objeto de reflexão específica. No caso das revistas, conta-se com a alentada pesquisa de Ana Luiza Martins, que enfrentou o desafio de conceituar esse gênero de impresso, esclarecer suas condições de produção, mapear o seu processo de difusão e inquirir acerca da natureza da amplíssima gama de semanários e mensários que circularam pela cidade de São Paulo entre 1890-1922. Estudos dessa natureza, que exigem larga pesquisa, domínio de ampla bibliografia e rigor conceitual são fundamentais não só pelos dados que inventariam e organizam, mas pelo muito que sugerem e ensinam acerca dos procedimentos teórico-metodológicos adotados no tratamento das fontes.[34]

À medida que se avança no século XX, a especialização aumenta. Para períodos mais recentes, vale destacar o livro de Maria Celeste Mira, *O leitor e a banca de jornal*, que traz um histórico da trajetória do impresso revista no país, mas centra o foco nos anos 1960. A obra discute, de forma circunstanciada, as origens e o contexto no qual ocorreram os principais lançamentos editorias (*Cláudia*, *Nova*, *Quatro Rodas*, *Placar*, *Playboy*, *Realidade*, *Veja*, *Contigo*, *Caras*, por exemplo) e enfatiza o diálogo com modelos estrangeiros, além de informar, sempre que possível, as tão perseguidas tiragens. A análise da segmentação mais contemporânea do mercado de revistas, e sua relação com a construção de identidades a partir do consumo, é das mais instigantes. Indicação clara de que o interesse pelas revistas extrapola o círculo dos especialistas está no fato de a Editora Abril comemorar o seu cinqüentenário com o lançamento de uma publicação, vendida em

bancas de jornal, que esboçou a trajetória da revista no Brasil e foi elaborada "no estilo revista: variada, multifacetada e viva", observação que nos informa acerca do entendimento que os proprietários de um dos principais grupos editoriais do país têm acerca da natureza desse impresso.[35]

A publicidade também se articulou às novas demandas da vida urbana do início do século XX e, no que diz respeito à imprensa periódica, transformou-se na sua principal fonte de recursos. O anúncio trilhou, então, novos caminhos em relação à estrutura e linguagem e, ainda, no que concerne à profissionalização da atividade, com o agenciador individual cedendo lugar, no decorrer da década de 1910, às empresas especializadas.[36] A voracidade dos cartazes e reclames parecia insaciável, e eles se faziam presentes nos mais diferentes espaços: muros, bondes, casas de espetáculos, restaurantes, almanaques, jornais e revistas.

Sua importância como fonte para a compreensão da paisagem urbana e das representações e idealizações sociais é atestada por pesquisas historiográficas como a de Márcia Padilha, que, por meio da publicidade presente nas páginas de *Ariel* e *A Cigarra*, discute o caráter multifacetado da cidade de São Paulo, os diferentes estilos e padrões de vida que comportava, a diversidade de expectativas, posturas e nuances dos vários grupos sociais diante da modernidade que se prenunciava.[37]

A ilustração, com ou sem fins comerciais, tornou-se parte indissociável dos jornais e revistas e os historiadores incumbiram-se de transformá-la em outro fértil veio de pesquisa. Ana Maria Mauad valeu-se da perspectiva histórico-semiótica da mensagem fotográfica para discutir os quadros de representação social e os códigos de comportamento da classe dominante carioca na primeira metade do século XX, tendo como fontes privilegiadas imagens provenientes das revistas *Careta* e *Cruzeiro*.[38]

A imprensa e o mundo das letras

O imbricamento entre História e Literatura, por seu turno, abriu outras sendas. Uma delas colocava a questão da produção e do consumo dos impressos. Para a São Paulo das duas primeiras décadas do século XX, conta-se com o estudo de Teresinha del Fiorentino, que, por intermédio da própria imprensa periódica, traçou um quadro circunstanciado a respeito da prosa

de ficção – gêneros, tiragens, distribuição, publicidade, produção propriamente dita, editores, livreiros e livrarias. Ainda que a profissionalização do trabalho intelectual não fosse seu objetivo central, abordou o problema e evidenciou as tensões que envolveram o processo, que teve na imprensa periódica seu local privilegiado.[39]

A problemática foi decisivamente enfrentada por Sérgio Miceli, preocupado em discernir o processo de constituição do campo intelectual no Brasil, o que o levou a investigar a relação entre os homens de letras e a imprensa. Num trecho, destacou:

> No início do século XX, o jornalismo tornara-se um ofício compatível com o *status* de escritor [...]. O que fora para alguns autores românticos (por exemplo, Alencar e Macedo) uma atividade e uma prática "tolerada", tornando-se depois para certos escritores da geração de 1870 (por exemplo, Machado de Assis) uma atividade regular, que lhes proporcionava uma renda suplementar cada vez mais indispensável, tornou-se a atividade central do grupo dos "anatolianos".[40]

As várias tarefas desempenhadas por esses intelectuais subordinavam-se, não raro, às demandas políticas das facções oligárquicas proprietárias dos jornais e que igualmente detinham as chaves que controlavam o acesso ao cenário da política. Mas sobreviver da pena implicava transitar pelo mundo da publicidade, a exemplo de Olavo Bilac e Emílio de Menezes, e produzir textos de natureza variada, adequados às demandas do cliente em termos de forma e conteúdo. O inquérito realizado pelo escritor João do Rio em 1908 acerca das relações entre Literatura e imprensa constitui-se num testemunho importante na medida em que oferece indícios sobre como os próprios escritores (e as poucas escritoras) percebiam e vivenciavam os impasses da nova condição social.[41]

Ainda que os literatos tendessem a separar o que consideravam "as obras" do "trabalho para a imprensa", tido como algo menor, a pesquisadora Flora Süssekind evidenciou como a convivência com os "modernos meios de reprodução, impressão e difusão coletiva de imagens técnicas, textos, vozes e reclames" vincaram "na técnica e na sensibilidade literária, novas formas de compreender o tempo, o personagem, a narração, a subjetividade".[42] Ou seja, as exigências diárias de produzir em consonância com os ditames impostos por jornais e revistas deixaram suas marcas no processo de escritura desses que foram chamados pela autora de "homens sanduíches".

Partindo de problemática diversa, Mônica Velloso acompanhou a trajetória do grupo de intelectuais boêmios atuantes na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX – Bastos Tigre, Emílio de Menezes, Lima Barreto, José do Patrocínio Filho, Raul Pederneiras, Kalixto, J. Carlos, Storn, Yantok e Julião Machado. A pesquisadora evidenciou como esses escritores e caricaturistas construíram um pensar sobre a nacionalidade ancorado no humor e na irreverência, sem deixar de ter o moderno como horizonte. Sua estratégia de abordagem não foi "discutir a instauração da modernidade brasileira a partir da idéia de um movimento organizado e datado", mas antes "adentrar pelo domínio acidentado do cotidiano", a fim de verificar "por meio de que idéias, imagens e linguagens se exprimia o moderno".[43]

Movendo-se no mesmo universo espaço-temporal, Nicolau Sevcenko igualmente esquadrinhou a situação do literato no meio social e reconstituiu o ambiente intelectual e a atmosfera cultural do Rio de Janeiro no início da República. Adentrou a produção da época, mais especificamente a de Lima Barreto e Euclides da Cunha, para, a partir dela, elucidar, "quer as tensões históricas do período, quer os seus dilemas culturais".[44]

Configura-se, portanto, um vigoroso conjunto de obras que, com abordagens e perspectivas distintas, discutiu a produção e o universo dos homens de letras alocados no período "pré-moderno" e cujos resultados tornaram patente a inadequação da terminologia e do lugar que a História literária lhes tem reservado.

A relação dos grupos literários com a imprensa comporta, ainda, outros aspectos. As revistas em especial foram pólos aglutinadores de propostas estéticas, bastando lembrar o exemplo clássico de *Niterói: Revista Brasiliense, Ciências, Letras e Artes*, lançada em Paris em 1836, apontada como marco da introdução do romantismo em nossas letras. Os movimentos de vanguarda souberam usar as revistas como instrumento de luta e as elegeram como veículo privilegiado para divulgar seus manifestos.[45] O estudo de publicações literárias e culturais tem rendido frutos significativos, que colaboram, inclusive, para relativizar outras periodizações e fissuras consagradas na produção historiográfica, caso do modernismo e de projetos de modernidade, discutidos por Angela de Castro Gomes a partir de *Lanterna Verde* e *Festa*.[46] Aqui os conceitos de *lugares* e *redes de sociabilidade*, *geração* e *cultura política* constituem-se importante grelha de leitura para compreender as formas de organização e ação dos intelectuais.

Propostas estéticas, culturais e científicas não se dissociam de batalhas e perspectivas sociopolíticas, como atestaram não apenas os trabalhos já citados, mas também o de Lilia Schwarcz, que esquadrinhou publicações editadas por museus, faculdades de Medicina e institutos históricos entre as últimas décadas do Império e as primeiras da República. Sua análise torna patente o lugar central ocupado pela questão racial nos debates e embates travados em torno da construção da nacionalidade e os estreitos limites adquiridos pela noção de cidadania. De forma análoga, publicações classificadas como de cunho estreitamente cultural foram espaço privilegiado da articulação e difusão de leituras sobre o país e os caminhos que deveria tomar, a exemplo do que ocorreu na *Revista do Brasil* (1916-1925), epicentro do discurso em prol da grandeza paulista.[47]

Imprensa, gênero e infância

Observa-se uma relação estreita entre a diversificação das temáticas historiográficas e a escolha dos periódicos como fonte de pesquisa. Outro campo temático que corrobora a afirmação é o dos estudos de gênero, que se constitui num dos mais dinâmicos da historiografia contemporânea brasileira, responsável por periódicos acadêmicos, centros de documentação e linhas de pesquisas em programas de pós-graduação. Sem intenção de fazer um inventário exaustivo, cumpre destacar os trabalhos de Dulcília Buitoni, que no início da década de 1980 já evidenciavam as potencialidades da imprensa para a apreensão do lugar reservado às mulheres em diferentes épocas.[48] Com abordagem propriamente historiográfica, Joana Maria Pedro percorreu a imprensa de Desterro/Florianópolis entre 1880 e 1920 e compôs um vivo quadro dos estereótipos construídos sobre mulheres "honestas" e "faladas"; imagens essas que ganham rigor na medida em que são analisadas e articuladas a contextos e conjunturas específicas. A autora tampouco deixou de enfrentar a tortuosa questão das filiações político-partidárias da imprensa local e suas relações com a elite, num paciente trabalho de crítica das fontes, que se constitui em importante contribuição metodológica.[49]

Outros pesquisadores voltaram-se para as fotonovelas, ou elegeram como fonte publicações específicas, a exemplo da *Revista Feminina* ou do *Suplemento Feminino* do jornal *O Estado de S.Paulo*. Merece particular destaque a investigação de Carla Bassanezi, que, a partir de uma perspectiva

comparativa, revisita as páginas de *Querida*, *O Cruzeiro* e, sobretudo, *Jornal das Moças* e *Cláudia*, com o objetivo de evidenciar as mudanças e as muitas permanências que marcaram as relações homem-mulher entre 1945 e 1964.[50]

Em registro diverso inscreve-se o livro de Alessandra El Far, que pacientemente recompõe a literatura popular e pornográfica que circulou no Rio de Janeiro entre 1870-1924, os ditos "romances de sensação" que encontravam amplo público leitor, sem descuidar dos jornais do chamado "gênero alegre", como *O Rio Nu*.[51]

A grande imprensa diária brasileira de 15 estados da federação foi vasculhada entre 1995 e 1996 pelos integrantes do Movimento Nacional de Direitos Humanos com o objetivo de coletar as notícias sobre homicídios. O resultado, no que tange à violência contra as mulheres, é a coletânea *Primavera já partiu*, que, ao lado dos muitos dados (aterradores) que fornece, cuidadosamente discriminados e problematizados, traz densas reflexões acerca da construção do discurso jornalístico, sua pretensa neutralidade e objetividade. Observações semelhantes aplicam-se ao livro *A cor do medo*, volume que enfocou a questão das relações raciais no Brasil, a partir do mesmo tipo de fonte.[52]

A infância é outro tema recorrente nas pesquisas historiográficas atuais. No que tange à imprensa, uma das produções mais emblemáticas destinadas a esse público foi a revista *O Tico-Tico*, com circulação ininterrupta de 1905 a 1962. Várias gerações de brasileiros deleitaram-se com os personagens Reco-Reco, Bolão, Azeitona e acompanharam as aventuras de Chiquinho, Faustina e Zé Macaco. Zita de Paula Rosa não apenas mergulhou nos mais de dois mil exemplares da revista, como entrevistou leitores fiéis, numa das raras investidas para enfrentar o sempre tão complexo problema da recepção. Na suas palavras, a revista

> [...] criou novos hábitos e respondeu a diferentes necessidades de entretenimento de crianças, pretendendo exercer, também, uma ação pedagógica informal [...]. Suas histórias, ilustrações e editorias falam da casa, da rua, da idade, do campo, do quintal, da família, da escola, da fábrica, da comunidade, da pátria entre outros temas e fornecem um instigante quando de visões de mundo de diferentes classes sociais. Essas visões de mundo se expressam em atitudes, comportamentos e concepções de vida, de sociedade e de homem. [53]

Entre as muitas possibilidades ensejadas pela fonte, Rosa explora as imagens de mulher e de família, pontuando as transformações que

experimentaram ao longo de mais de meio século de circulação da revista. As razões para o desaparecimento do semanário, por sua vez, são discutidas a partir de um amplo contexto que inclui, mas não se esgota na, a chegada dos produtos de Walt Disney no Brasil.

Ainda no que diz respeito à imprensa voltada para o público infantil, merece destaque o livro de Gonçalo Júnior, *A guerra dos quadrinhos*. O autor realizou ampla pesquisa acerca da trajetória das histórias em quadrinhos no Brasil e descreveu de forma envolvente os calorosos debates travados em torno dos "perigos" que cercavam a leitura de gibis, termo que, como ensina Gonçalo, já nasceu pejorativo. Partidários e opositores dessa literatura mantiveram acirrada disputa, que durou décadas e atravessou conjunturas de particular recrudescimento. Envolveram-se na questão destacados escritores, educadores, pedagogos, jornalistas e políticos. Mas o problema não se restringiu aos aspectos educativos ou morais, antes comportou interesses políticos e editoriais – não se pode esquecer a vendagem dos quadrinhos envolviam somas avultadas – num enredo que incluiu jogadas nem sempre nobres.[54]

Imprensa, política e censura

As renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder. Os questionamentos desse campo, imbricados com os aportes da História cultural, renderam frutos significativos. A título de exemplo, pois seria impossível qualquer arrolamento exaustivo, pode-se mencionar os estudos acerca do comunismo e do anticomunismo no Brasil, levados a cabo, com ampla utilização da imprensa, por Bethânia Mariani e Rodrigo Motta.[55]

Estudo exemplar, que também alia a perspectiva política e cultural, é o de Silvia Miskulin acerca da trajetória do suplemento *Lunes*, publicado pelo jornal cubano *Revolución* entre o início de 1959 e o final de 1961. Por intermédio das páginas de *Lunes* pode-se acompanhar as várias propostas culturais e os intensos debates travados sobre elas no início do processo revolucionário, bem como a crescente tensão com as diretivas governamentais, cada vez mais estritas, o que culmina com o encerramento da publicação e a imposição de uma política cultural oficial, consoante com as metas da revolução.[56]

A riqueza da fonte periódica e suas múltiplas possibilidades de abordagem também são atestadas pelo exemplo da revista *Seleções*, lançada no Brasil em 1942, no contexto da política de boa vizinhança arquitetada por Roosevelt. Ao lado de outros veículos como o rádio e o cinema, a publicação cumpria função estratégica na difusão dos valores e modo de vida norte-americano e, apesar de não ser uma iniciativa oficial, ajustava-se às demandas do poder, como bem mostrou Antonio Pedro Tota. A mesma publicação foi abordada por Mary Junqueira com o objetivo de discernir, a partir do universo simbólico norte-americano, as representações construídas acerca da América Latina, encarada como um novo oeste a ser domado e civilizado.[57]

Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político.[58]

História e historiadores, de Angela de Castro Gomes, constituiu-se contribuição original, que colabora para a compreensão da historicidade da própria disciplina. Tendo por fonte a revista *Cultura Política* e o suplemento literário "Autores e Livros", do jornal governista *A Manhã*, a autora discerniu o lugar reservado à História na política cultural do Estado Novo e precisou a versão do passado nacional sancionada e propagada pelo regime, consoante com seu caráter autoritário e centralizador.[59]

Maria Aparecida de Aquino, a partir de uma perspectiva comparativa, discute a ação e os efeitos da censura imposta pelo regime militar ao semanário *Movimento* e ao jornal *O Estado de S. Paulo*, que emprestou seu apoio ao golpe e, posteriormente, sentiu o peso do regime autoritário, que tratou de denunciar por meio de estratégias criativas.[60] Se há exemplos de resistência tenaz, como a pungente imprensa alternativa das décadas de 1960 a 1980,[61] outros veículos de comunicação, no mesmo período, aceitaram a autocensura e resvalaram no colaboracionismo – não se pode subestimar a força persuasiva dos empréstimos, verbas publicitárias e outros favores estatais –, limite que foi largamente ultrapassado pela *Folha da Tarde*, como atesta a pesquisa de Beatriz Kushnir.[62]

As ambigüidades e hesitações que marcaram os órgãos da grande imprensa, suas ligações cotidianas com diferentes poderes, a venalidade sempre denunciada, o peso dos interesses publicitários e dos poderosos do momento também podem ser apreendidos a partir de determinadas conjunturas, caso do governo João Goulart e da morte do jornalista Wladimir Herzog, que foram alvo de estudos específicos,[63] ou a partir da atuação de figuras paradigmáticas como Samuel Wainer, Carlos Lacerda e Assis Chateaubriand.[64]

A pesquisa sistemática nos arquivos do Deops tem colaborado para o conhecimento da imprensa política militante, que amargou a ilegalidade e foi duramente perseguida pelos poderes constituídos, como revela o impressionante acervo de jornais confiscados pela polícia política.[65]

Os exemplos poderiam ser multiplicados, mas importa destacar que, em todos os casos citados – e certamente em outros não referidos –, a importância da palavra impressa nos periódicos está plenamente assente. O seu uso generalizou-se a ponto de se tornar um dos traços distintivos da produção acadêmica brasileira a partir de 1985. Analisando a situação paulista, a historiadora Vavy Pacheco Borges fez observações que podem ser extrapoladas para a historiografia como um todo:

> [...] parece-me interessante registrar que o pequeno uso da imprensa como fonte, apontado no início dos anos 1970 [...], inverteu-se completamente; nota-se hoje nos resumos [das teses e dissertações consultadas] um freqüente uso da imprensa, seja como meio fundamental de análises das idéias e projetos políticos, da questão social, da influência do Estado e da censura etc., seja como fonte complementar para a História do ensino, dos comportamentos, do cotidiano.[66]

Diante do novo quadro, já não é possível comentar ou mesmo listar os trabalhos que recorreram à imprensa. Entretanto, parece pertinente destacar alguns aspectos metodológicos que têm guiado a utilização dessas fontes e que podem inspirar futuras pesquisas. Note-se que as observações que seguem não devem ser encaradas como um roteiro rígido e tampouco espécie de fórmula ou elixir aplicável a quaisquer impressos, circunstâncias ou períodos. Trata-se simplesmente de um esforço de sistematização de procedimentos e

sugestões analíticas que têm orientado as pesquisas na área, bastante úteis para os que pretendem se debruçar sobre documentos dessa natureza.

Técnicas de impressão e lugar social da imprensa

O primeiro aspecto a destacar diz respeito à **materialidade** de jornais e revistas em diferentes momentos, fato que se tornaria evidente se percorrêssemos uma hemeroteca ideal que colocasse, lado a lado, exemplares de épocas diversas. A atenção do visitante seria atraída pela notável variedade de formatos, tipos de papel, qualidade da impressão, cores, imagens. O inebriante apelo visual, como assinalou Ana Luiza Martins, de imediato cria "o risco da leitura amena e ligeira, decorrente do mero folhear dessas publicações de época que acabam por envolver o leitor/historiador no tempo pretérito que busca reconstruir".[67]

A título de exemplo, pode-se consultar as edições fac-símiles do *Correio Brazíliense,* fundado pelo jornalista Hipólito José da Costa, que circulou mensalmente de junho de 1808 a dezembro de 1822.[68] O jornal sempre foi impresso em Londres, o que o livrou do peso da rígida censura portuguesa. O leitor acostumado aos matutinos atuais talvez se surpreenda com o formato, mais próximo de um livro, com o número de páginas, que podia chegar a 150, com a extensão dos artigos, que se prolongavam por vários números, e com a divisão interna da matéria, que podia incluir as seguintes seções: política; comércio e artes; literatura e ciências; miscelânea e correspondência. Há mesmo dúvidas a respeito da melhor forma de caracterizar o *Correio,* não faltando aqueles que consideram mais apropriado denominá-lo de revista.

A fixação dos gêneros foi lenta e pode ser acompanhada a partir dos sentidos atribuídos a termos como *jornal, revista, magazine, hebdomadário* em dicionários e compêndios de diferentes épocas. As definições hoje correntes, que reservam o termo *jornal* para a publicação diária, em folhas separadas, e *revista* para as de periodicidade mais espaçada, enfeixadas por uma capa e com maior diversidade temática, tampouco esgotam a questão, pois sempre se pode citar os jornais semanais e seu afã de também tudo abarcar, ou as revistas extremamente especializadas. As classificações abstratas e generalizantes, por muito útil que sejam, não prescindem da caracterização

específica construída a partir da análise do próprio corpo documental selecionado, das funções auto-atribuídas, em articulação constante com a sociedade, o tempo e o espaço no qual a fonte se insere.[69] Em outras palavras, as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de sua circulação.

A materialidade dos impressos

Deve-se ter em vista que a grande variação na aparência, imediatamente apreensível pelo olhar diacrônico, resulta da interação entre métodos de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado pelos periódicos.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, nas páginas dos exemplares inscreve-se a própria história da indústria gráfica, dos prelos simples às velozes rotativas até a impressão eletrônica. O mesmo poderia ser dito em relação ao percurso das imagens, que se insinua de forma tímida nos traços dos caricaturistas e desenhistas e chega a açambarcar o espaço da escrita com a fotografia e o fotojornalismo. Páginas amarelecidas que também trazem as marcas do processo de trabalho que juntou máquinas, tintas, papel, texto e iconografia, fruto da paciente ordenação do paginador e da composição manual e caprichosa de cada linha do texto pelo tipógrafo, passando pelos ágeis operadores das linotipos e, agora, pelos meios digitais.[70] **É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural.** Das letras miúdas comprimidas em muitas colunas às manchetes coloridas e imateriais nos vídeos dos computadores, há avanços tecnológicos, mas também práticas diversas de leituras.[71]

Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. É obvio que as máquinas velozes que rodavam os grandes jornais diários do início do século XX não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto do problema: **as funções sociais desses impressos.**

A bibliografia sobre a História da imprensa tem insistido nas diferenças entre folhas, gazetas, pasquins e jornais da maior parte do século XIX, não

raro produto de um único indivíduo que arcava com os custos envolvidos para se valer da palavra impressa como instrumento de combate, e os imperantes a partir das décadas iniciais do século XX, quando os proprietários das empresas jornalísticas abandonaram os métodos artesanais e, em consonância com os interesses ditados pelo lucro, passaram a administrar racionalmente o empreendimento, atentos à otimização dos recursos e à constante atualização da maquinaria e material tipográfico, essencial para uma atividade inserida no circuito capitalista.[72] Ainda que se possa discordar quanto ao grau de mercantilização atingido nas décadas iniciais do século XX, sobretudo se contrapostos a padrões imperantes em épocas posteriores, parece adequado pontuar as mudanças em relação às práticas vigentes na maior parte da centúria anterior.[73]

Há que se considerar que, até a chegada da Família Real (1808), as tipografias eram proibidas no Brasil e os que se atreveram a violar as regras foram duramente perseguidos. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicação do governo lançada em setembro de 1808, foi o primeiro jornal legalmente impresso em terras brasileiras. Informava acerca dos atos do governo e trazia notícias do exterior, porém cuidadosamente filtradas pelos censores. Nesse contexto, compreende-se o papel fundamental desempenhado pelo *Correio Braziliense*, que continha amplo noticiário sobre os acontecimentos internacionais, europeus e americanos, e colocava o Brasil em contato com o mundo. Objetivos divergentes moviam os responsáveis pelas duas publicações. Se a *Gazeta* era a porta voz da ordem estabelecida, Hipólito pretendia

> [...] informar os brasileiros do que se passava no mundo, para influir sobre seus espíritos direcionando-os no sentido das idéias liberais, para chamar a atenção para o caráter daninho do Absolutismo ou de qualquer forma de despotismo que Hipólito escrevia. Por isso boa parte do jornal era dedicada a comentar e a criticar as autoridades portuguesas e os seus equívocos administrativos.[74]

O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de idéias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. Os aspectos comerciais da atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar

publicidade às propostas, ou seja, divulgá-las e torná-las conhecidas.[75] A imprensa teve papel relevante em momentos políticos decisivos, como a Independência, a Abdicação de D. Pedro I, a Abolição e a República.

Insultos impressos, de Isabel Lustosa, é um exemplo significativo de pesquisa dedicada à imprensa militante que proliferou às vésperas da Independência e por cujas páginas esgrimiam-se diferentes projetos de futuro. Ao percorrer as polêmicas sustentadas por jornais cariocas como *O Amigo do Rei e da Nação, O Bem da Ordem, O Constitucional, O Espelho, A Malagueta, O Papagaio, A Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande, O Revérbero Constitucional Fluminense*, nomes que muitas vezes já estampavam uma declaração de princípios, a autora precisou os recursos retóricos, satíricos e de linguagem mobilizados pelos redatores na tentativa de fazer valer seu ponto de vista, ou melhor, do grupo social a que se ligavam:

> Para demolir o adversário valia a sátira, a ironia e a descrição dos aspectos físicos. Nenhum dos jornais daquele período surgiu com o objetivo exclusivo de fazer humor. O humor brotava da polêmica, quando se esgotava o estoque de argumentos. Era uma de suas armas, ao lado da agressão verbal pura e simples. A ausência de caricaturas era compensada pela presença nos textos das descrições dos personagens que os jornais combatiam [...]. O que tornou diferente, o que deu um toque novo e original ao debate político da Independência, obrigando a imprensa a adotar recursos da oralidade popular, foram o fim da censura e a democratização do prelo. A liberação da imprensa, em 1821, possibilitou a escritores e leitores brasileiros a abertura para uma multiplicidade de idéias e atitudes que lhes passaram a ser oferecidas todos os dias pelos jornais. No lugar da unicidade da linguagem da *Gazeta*, a polifonia proporcionada pelas diversas vozes que se propuseram a entrar no debate e conquistar o público para suas idéias.[76]

Imprensa ilustrada

O advento da ilustração foi essencial para o impulso e a diversificação do impresso periódico, ainda mais em um país onde o rarefeito público leitor, que incluía um modesto contingente feminino, avançava lentamente "entre os anônimos leitores de folhetins e os assíduos freqüentadores de

teatros, circulavam intelectuais, homens de letras, estudantes, jornalistas, algumas sinhás-moças e até velhotas capazes de leitura".[77] Admite-se que o introdutor da novidade foi o pintor e escritor romântico Manoel de Araújo Porto-Alegre. Feito registrado com alvoroço em 14 de dezembro de 1837 nas páginas do *Jornal do Comércio*: "saiu à luz o primeiro número de uma nova invenção artística, gravada sobre magnífico papel [...] e, sem dúvida, receberá do público aqueles sinais de estima que ele tributa às coisas úteis, necessárias e agradáveis".[78]

Porto-Alegre vivera em Paris entre 1831 e 1837, num cenário urbano já pleno de imagens provenientes da imprensa ilustrada, dos cartazes de rua, das pranchas satíricas e da nascente propaganda, muito diferente do imperante no Rio de Janeiro, capital do país e sua cidade mais cosmopolita. Deve-se a ele o lançamento de uma das primeiras publicações a se valer de forma sistemática de ilustrações, *A Lanterna Mágica, periódico plástico-filosófico* (RJ, 1844). O título evocava a experiência parisiense dos espetáculos ambulantes das lanternas mágicas, aparelhos que projetavam por meio de lentes e espelhos imagens pintadas em lâminas de vidro.[79]

As publicações ilustradas de cunho satírico, em geral de curta duração, proliferaram rapidamente. Elas não pouparam os poderosos do momento e nem mesmo o Imperador, alvo constante dos chistes; passavam em revista costumes e hábitos em charges sensíveis e mordazes que compõem um registro social dos mais significativos. Da longuíssima lista de títulos desses momentos inaugurais da litografia pode-se citar, por exemplo, *A Marmota* (1849), *Ilustração Brasileira* (1854), *Brasil Ilustrado* (1855), *Semana Ilustrada* (1860), *Vida Fluminense* (1868), *O Mosquito* (1869), *Revista Ilustrada* (1876), no Rio de Janeiro; *O Diabo Coxo* (1864) e *O Cabrião* (1866), em São Paulo. A contribuição de artistas estrangeiros que por aqui passaram ou se fixaram foi marcante, caso do alemão Henrique Fleuiss, do italiano Ângelo Agostini e do português Rafael Bordalo Pinheiro, que colaboraram com ou se envolveram no lançamento de várias publicações.

O trabalho de ilustração exigia grande perícia. O caricaturista Raul Pederneiras, que teve oportunidade de ver em ação artistas dos mais destacados, como Agostini, comentou em 1922:

> Todos eles, exímios no *crayon* litográfico, desenhavam diretamente sobre pesadas pedras, às avessas, para que, na impressão, o resultado aparecesse natural. Tal destreza, tal perícia adquiriam no manejo do lápis, que, em poucas horas, davam conta de quatro grandes páginas de alentado formato, cuidadosamente estilizadas.[80]

É digno de nota o recente esforço de editoras e instituições culturais para trazer à luz esses impressos do século XIX, que integram o acervo de obras raras das bibliotecas ou se encontram nas mãos de afortunados colecionadores. Alguns foram dados à luz em grandes exposições que extrapolam o público acadêmico, com alentados catálogos, escritos por especialistas. Rafael Bordalo foi alvo de uma ampla exposição na Pinacoteca do Estado de São Paulo, da qual, além do catálogo, resultou a edição fac-símile de uma espécie de história em quadrinhos na qual o autor dava conta das aventuras de D. Pedro II pela Europa. Já o Museu de Arte Brasileira da FAAP, além da já citada exposição que problematizou as relações socioculturais entre França e Brasil no tempo de Araújo Porto-Alegre, organizou também a exposição Traço, Humor e Cia., acerca da trajetória do desenho de humor no Brasil, dos primórdios ao início do século XXI. No âmbito editorial, destaque-se, a título de exemplo, a reedição de *O Cabrião*.[81]

Se a História **da** caricatura tem na obra do escritor Herman Lima a sua mais completa formulação até o presente, a História **por meio da** caricatura e **da própria** representação do humor tem se adensado. Vale destacar o exaustivo trabalho com a iconografia de D. Pedro II levado a cabo por Lilia Schwarcz, o estudo de Marcos Antonio da Silva sobre o personagem *O Amigo da Onça* e a análise das concepções e práticas humorísticas da *Belle Époque* à Era do rádio, entre as quais a charge e a caricatura, empreendida por Elias Thomé Saliba.[82]

Imprensa e lucros

A partir da segunda metade do século XIX, o Império desfrutou de relativa tranqüilidade política e da prosperidade econômica advinda com o café. O mundo urbano expandia-se, os trilhos das ferrovias rasgaram as regiões mais prósperas, a navegação a vapor acelerava as trocas, as atividades comerciais e os serviços começavam a se diversificar, contexto que a um só tempo favorecia e demandava a circulação da informação. Aliás, seus mecanismos de difusão

foram aperfeiçoados com a invenção do telégrafo e a posterior ligação Brasil–Europa por cabo submarino. A famosa fórmula "O último paquete trouxe a notícia..." foi substituída pelos rapidíssimos informes telegráficos. Em 1877, o *Jornal do Comércio* (RJ) publicou os primeiros, distribuídos pela Reuter-Havas: "Londres, 30 de julho às 2 horas da manhã – Faleceu ontem...".[83]

Imprensa e progresso, letras e luzes eram freqüentemente associados, como transparece nas reminiscências de Maria Paes de Barros[84] sobre a São Paulo da década de 1880:

> Abriu-se então uma nova era de reformas e progressos. Extraordinário foi o desenvolvimento da imprensa, demonstrado por um grande número de jornais e publicações diversas. Expandiam-se as vias de comunicação, móvel de todo o progresso [...]. A Paulicéia ia perdendo sua aparência de pequena cidade para assumir ares de grande capital [...]. Dada a grande publicação de periódicos, todos liam. Assim se formavam centros literários e, sobretudo, políticos [...]. Nessa época uma nova idéia se apresentava, ganhando forças e empolgando todas as mentes: a libertação dos escravos. Os jornais altamente a preconizavam.[85]

A chegada do século XX parecia anunciar mais do que uma simples mudança no calendário; tratava-se de adentrar um novo tempo, que deixava para trás o passado monárquico e escravista. A nascente produção fabril, o crescimento do setor de serviços, as levas de imigrantes, a nova paisagem técnico-industrial que se delineava em algumas cidades, os avanços nas comunicações e no letramento da população, preocupação do governo republicano recém-instalado, justificavam o otimismo, regado com os lucros das exportações. Velocidade, mobilidade, eficiência e pressa tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da informação e sua difusão, tomou parte ativa nesse processo de aceleração.

Os jornais diários profissionalizavam-se, sem perder o caráter opinativo e de intervenção na vida pública.[86] Os novos métodos de impressão permitiram expressivo aumento das tiragens, melhora da qualidade e barateamento dos exemplares, que atingiam regiões cada vez mais distantes graças ao avanço dos sistemas de transportes, que agilizam o processo de distribuição. Aos imperativos ditados pela busca de produtividade e lucro aliava-se a intenção de oferecer aos consumidores uma mercadoria atraente,

visualmente aprimorada, capaz de atender aos anseios da crescente classe média urbana e dos novos grupos letrados.

A estruturação e distribuição interna do conteúdo alteraram-se. Ao lado das reportagens, entrevistas e inquéritos, adensavam-se as seções dedicadas a assuntos policiais, esportes, lazer, vida social e cultural, crítica literária. Os novos métodos fotoquímicos permitiram que a ilustração se incorporasse definitivamente aos diários, o que, de acordo com Herman Lima, "trouxe para o jornalismo uma nota leve, espirituosa e atraente, a quebrar a monotonia das grandes folhas onde a matéria impressa se estendia, em artigos de fundo, crônicas, sueltos e noticiários, em colunas maciças de texto".[87]

A fatura dos matutinos começou a exigir gama variada de competências, fruto da divisão do trabalho e da especialização: repórteres, desenhistas, fotógrafos, articulistas, redatores, críticos, revisores, além dos operários encarregados da impressão propriamente dita. Esses artífices da imagem e da palavra encontravam na imprensa atraentes oportunidades de profissionalização, conforme já destacado.

Contudo, a mudança de maior monta, e que de certa forma abarca as demais, residiu na forma de abordar a notícia, expressa no declínio da doutrinação em prol da informação. Consagrava-se a idéia de que o jornal cumpre a nobre função de informar ao leitor o que se passou, respeitando rigorosamente a "verdade dos fatos". Mudança sem volta, em que pese o percurso atribulado do jornal-empresa e os limites do seu grau efetivo de mercantilização diante de entraves de caráter político, socioeconômico e cultural. As transformações introduzidas a partir dos anos 1950, que se pode considerar inauguradas com a reforma do *Jornal do Brasil*, conformaram, em larga medida, a prática jornalística hoje vigente, processo que tem recebido particular atenção nos trabalhos da pesquisadora Alzira Abreu.[88]

Em síntese, os aspectos até agora destacados enfatizaram a **forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores**, sua **aparência física** (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do **conteúdo**, as **relações que manteve (ou não) com o mercado**, a **publicidade**, o **público** a que visava atingir, os objetivos propostos. Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos,

que devem permitir **localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado.** Noutros termos, **o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa**, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas.

O conteúdo e os idealizadores

A discussão em torno do estatuto do que se publica na imprensa periódica já foi – e continua sendo – objeto de acirradas polêmicas. Há objetividade e neutralidade? É possível distinguir notícia e interpretação? Vejam-se as respostas do jornalista Danton Jobim e da escritora francesa Marguerite Duras:

> [Jobin:] A objetividade que persegue o repórter em nossos dias [década de 1950] – "os fatos são sagrados" é a regra ideal – concorre para melhorar, tornando mais fidedigno o registro jornalístico. Parte cada vez mais importante desses registros se constitui de fatos objetivos da história, os quais, para usar a expressão de Butterfield, "podem ser estabelecidos por concreta evidência externa" e "podem e devem ser válidos tanto para um jesuíta como para um marxista".
>
> [Duras:] Um jornalista é alguém que observa o mundo e o seu funcionamento, que diariamente o vigia muito de perto, que faz ver e rever o mundo, o acontecimento. E não consegue fazer este trabalho sem julgar o que vê. É impossível. Em outras palavras, a informação objetiva é um *logro* total. Uma impostura.[89]

Os exemplos alertam para o risco de se adentrar num debate que, apesar de empolgante, pouco colabora para o trabalho efetivo do historiador com suas fontes. Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da **análise do discurso** que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa.

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso **dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa**. Entretanto, ter sido publicado implica **atentar para o destaque conferido** ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. Estas, por sua vez, também são atravessadas por hierarquias: trata-se, por exemplo, da seção "política nacional" ou da "policial"? (Já se mostrou como greves e movimentos sociais são sistematicamente alocados na última.) O assunto retorna à baila ou foi abandonado logo no dia seguinte? Em síntese, **os discursos adquirem significados de muitas formas**, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos **temas**, a **linguagem** e a **natureza do conteúdo** tampouco se dissociam do **público que o jornal ou revista pretende atingir**.

Outros aspectos poderiam ser acrescidos. O historiador Jean-François Sirinelli bem observou que "uma revista é antes de tudo lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade",[90] observação extensiva aos jornais. De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. Por isso Sirinelli os caracteriza como um "ponto de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum".[91] Daí a importância de se **identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos**, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é **inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros**, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos.

As redações, tal como salões, cafés, livrarias, editoras, associações literárias e academias, podem ser encaradas como espaços que aglutinam diferentes linhagens políticas e estéticas, compondo redes que conferem estrutura ao campo intelectual e permitem refletir a respeito da formação, estruturação e dinâmica deste.[92] Nessa perspectiva, o sumário que se apresenta ao leitor resulta de "intensa atividade de bastidores", cabendo ao pesquisador **recorrer a outras fontes de informação para dar conta do processo que envolveu a organização, o lançamento e a manutenção do periódico.**[93]

As considerações apontam, portanto, para um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve **a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente.**

Sugestões práticas

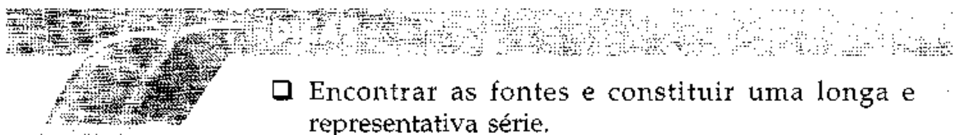
A variedade da fonte imprensa é enorme e as suas possibilidades de pesquisa são amplas e variadas. Assim, não é viável sugerir um procedimento metodológico ou mesmo técnicas de pesquisa que dêem conta de tantas possibilidades. Entretanto, vale destacar alguns pontos muito gerais para quem deseja iniciar uma pesquisa nesse campo. Afinal, por onde se começa?

Há acervos de periódicos espalhados por todo o país. Universidades, museus, Institutos Históricos, centros de documentação, instituições de pesquisa, bibliotecas e arquivos públicos ou privados, além das próprias empresas jornalísticas, abrigam coleções significativas de periódicos. A Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), que possui vastíssima coleção, organizou em 1994 o seu *Catálogo de Periódicos Brasileiros Microfilmados*, de grande valia para os pesquisadores. Assim, o primeiro passo é **localizar a fonte** numa das instituições de pesquisa e **averiguar as condições oferecidas para consulta**. Há mesmo a possibilidade de se adquirir os microfilmes. A internet pode ser uma aliada importante nessa fase de busca.

Mas vale o alerta: nem sempre os exemplares estão organizados ou microfilmados à espera do pesquisador. Pode-se enfrentar situações longe

da ideal, com exemplares em péssimo estado de conservação. Outro problema é a **obtenção de longas séries completas**, o que muitas vezes exige a peregrinação por várias instituições em busca de exemplares.

A seguir, no *box*, uma listagem de procedimentos que vale como inspiração para que se dê o primeiro passo. Nunca é demais lembrar que não há uma receita pronta a ser aplicada e que os esquemas, por mais abrangentes que sejam, têm utilidade muito limitada, como você vai perceber assim que folhear sua fonte. A partir deste ponto a aventura é sua.



- ❑ Encontrar as fontes e constituir uma longa e representativa série.
- ❑ Localizar a(s) publicação(ções) na história da imprensa.
- ❑ Atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade).
- ❑ Assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo.
- ❑ Caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação.
- ❑ Caracterizar o grupo responsável pela publicação.
- ❑ Identificar os principais colaboradores.
- ❑ Identificar o público a que se destinava.
- ❑ Identificar as fontes de receita.
- ❑ Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida.

Notas

1 Agradeço a leitura e as sugestões de Ana Luiza Martins e Márcia Regina C. Naxara.

2 José Honório Rodrigues, Teoria da História do Brasil: introdução metodológica, 3. ed. rev., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968, pp. 198-200 (1. ed., 1949) e Nelson Werneck Sodré, O que se deve ler para conhecer o Brasil, 5. ed. rev., Rio de Janeiro, Bertrand, 1976, pp. 321-3 (1. ed., 1945), listam obras sobre as temáticas mencionadas.

3 A primeira geração é a dos fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, responsáveis pelo lançamento da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (1929). Em 1956, com a morte de Febvre, Fernand

Braudel tornou-se o diretor efetivo dos *Annales* e ocupou lugar dos mais destacados na historiografia e no sistema universitário francês até sua aposentadoria em 1972, tendo ao seu lado nomes como Ernest Labrousse e Emmanuel Le Roy Ladurie. A terceira geração compõe-se de ampla plêiade de historiadores, entre os quais François Furet, Georges Duby, Jacques Le Goff, Jacques Revel, Michèle Perrot, Mona Ozouf e Pierre Nora. A respeito, ver: Peter Burke, A escola dos *Annales* (1929-1989), São Paulo, Unesp, 1991. Para uma análise mais atenta às nuances dos *Annales*, ver, entre outros: Guy Bourdé e Hervé Martin, As escolas históricas, Lisboa, Publicações Europa-América, 1983; François Dosse, A História em migalhas: dos *Annales* à Nova História, São Paulo/Campinas, Ensaio/Unicamp, 1992; José Carlos Reis, Escola dos *Annales*: a inovação em História, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

4 Jacques Le Goff e Pierre Nora, História: novos problemas, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978, v. 1, pp. 11-2. Os outros volumes da obra tinham como subtítulo novas abordagens e novos objetos. Originalmente publicada em 1974, sob o título *Faire l'histoire*. Outra obra coletiva fundamental, *História Nova*, sob a responsabilidade de Jacques Le Goff e com a colaboração de Roger Chartier e Jacques Revel, foi publicada em 1978. Há tradução brasileira da 2ª edição, lançada pela Martins Fontes em 1990, na qual foram suprimidos os artigos de menor extensão, conforme explicita Le Goff no prefácio.

5 As observações do parágrafo, bem como a citação, encontram-se em Jean Boutier e Dominique Julia, Passados recompostos: campos e canteiros da História, Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1998, pp. 25-9.

6 Jacques Le Goff, "Documento/Monumento", em Ruggiero Romano (org.), Enciclopédia Einaudi, Porto, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, v. 1, Memória e História, pp. 95-106.

7 Jim Sharpe, "A história vista de baixo", em Peter Burke (org.), A escrita da história: novas perspectivas, São Paulo, Unesp, 1992, pp. 39-62. Sobre o conjunto da obra de Thompson, ver Projeto História: diálogos com E. P. Thompson, São Paulo, Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 15, 1995.

8 Roger Chartier, História cultural: entre práticas e representações, Lisboa, Difel, 1990; Nilma Lino Gomes e Lilia M. Schwarcz, Antropologia e História: debate em região de fronteira, Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

9 Jacques Revel (org.), Jogos de escalas: a experiência da microanálise, Rio de Janeiro, FGV, 1998.

10 Francisco J. C. Falcon, "História Cultural – dos antigos aos novos problemas", em Rachel Soihet (org.), Arrabaldes: cadernos de História, Niterói, Programa de Pós-Graduação em História, 1996, pp. 6-21.

11 Antoine Prost, "Social e cultural indissociavelmente", em Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, Para uma história cultural, Lisboa, Estampa, 1998, p. 130.

12 René Remond, "O retorno do político", em Agnes Chauveau em Philippe Tétart, Questões para a história do presente, Bauru, Edusc, 1999, p. 53. A obra, cuja edição francesa é de 1992, reúne importantes contribuições acerca dos problemas teórico-metodológicos que envolvem o estudo do imediato.

13 René Rémond (org.), Por uma história política, Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996, p. 36. A 1ª edição francesa data de 1988.

[14] Ver os artigos de Philippe Urfalino, "A história da política cultural", e Serge Berstein, "A cultura política", em Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, op. cit., pp. 293-305 e 349-63, respectivamente. Primeira edição francesa de 1997.

[15] José Honório Rodrigues, op. cit., p. 198.

[16] A respeito de Jean Glénisson e a relevância de sua passagem pelo país, consultar José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego, "Depoimento de Emília Viotti da Costa", em Conversas com historiadores brasileiros, São Paulo, Editora 34, 2002, pp. 72-3.

[17] Jean Glénisson, Iniciação aos Estudos Históricos, 5. ed., São Paulo, Bertrand, 1986, pp. 177-8. (1. ed., 1961). O volume contou com a colaboração de Pedro Moacyr Campos e Emília Viotti da Costa.

[18] Esses aspectos foram salientados por Alzira Alves de Abreu, "Introdução", em Alzira Alves de Abreu (org.), A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50, Rio de Janeiro, FGV, 1996, p. 8.

[19] Ana Maria de Almeida Camargo, "A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil", em Eurípides Simões de Paula (org.), Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo, Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971, v. II, pp. 225-39. Citação na p. 226.

[20] Ver as seguintes obras de Gilberto Freyre, Um engenheiro francês no Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio, 1940; Ingleses no Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio, 1948; O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX, Recife, Imprensa Universitária, 1963.

[21] Nícia Vilela Luz, Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro: os esforços em prol da industrialização, São Paulo, Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1959, Coleção da Revista de História; Stanley Stein, Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba, São Paulo, Brasiliense, 1961; Fernando Henrique Cardoso, Capitalismo e escravidão no Brasil meridional, São Paulo, Difel, 1962; Emília Viotti da Costa, Da senzala à colônia, São Paulo, Difel, 1966; Leôncio Martins Rodrigues, Conflito industrial e sindicalismo no Brasil, São Paulo, Difel, 1966.

[22] Comentários sistemáticos quanto às formas de utilização de anúncios, caricaturas, colunas sociais, construção de séries estatísticas, cotidiano operário, polêmicas e disputas políticas, nas obras arroladas na nota anterior, foram efetivados por Ana Maria Camargo, op. cit.

[23] Nelson Werneck Sodré, História da imprensa no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

[24] A tese transformou-se em livro anos depois: Arnaldo Contier, Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social, Petrópolis/Campinas, Vozes/Unicamp, 1979.

[25] Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo, São Paulo, Alfa-Omega, 1980, p. XIX. O livro traz apêndice de autoria de Bárbara Weinstein, que, sob orientação de Emília Viotti da Costa, então lecionando em Yale, estudou a cobertura das greves operárias (1902-1907) realizada pelo mesmo jornal.

[26] Trata-se de sua tese de doutorado (1986), cuja maior parte foi publicada no livro: Maria Helena Capelato, Os arautos do liberalismo: imprensa Paulista 1920-1945, São Paulo, Brasiliense, 1988.

[27] M. Nazareth Ferreira, A imprensa operária no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1978.

[28] A bibliografia que se valeu da imprensa é muito vasta. Ver, por exemplo, B. Fausto, Trabalho urbano e conflito social (1890-1920), São Paulo, Difel, 1976; Alexandre Fortes et al., Na luta por

direitos: estudos recentes em História Social do trabalho, Campinas, Unicamp, 1999; F. Hardman, Foot, Nem pátria, nem patrão!, 3. ed. rev. ampl., São Paulo, Unesp, 2002; Marcelo Badaró Mattos, Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955-1988), Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998; F. Teixeira da Silva, Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras, Campinas, Unicamp, 2003; Bárbara Weinstein, (RE)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964), São Paulo, Cortez, 2000. Para coletâneas com excertos da imprensa, ver E. Carone, Movimento operário no Brasil (1877-1944), São Paulo, Difel, 1979; P. Sérgio Pinheiro e M. Hall, A classe operária no Brasil – 1889-1930, São Paulo, Alfa-Omega, 1979, v. 1. O volume 2 saiu pela Brasiliense em 1981. Registre-se também a edição fac-símile do jornal da Confederação Operária Brasileira, *A voz do trabalhador* (1908-1915). São Paulo, Imprensa Oficial/Secretaria de Cultura do Estado, 1985. Para um balanço sobre o tema ver: Cláudio H. M. Batalha, "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências", em Marcos César Freitas (org.), Historiografia brasileira em perspectiva, São Paulo, Contexto, 1998, pp. 145-58. Os estudos sobre escravidão, que mantiveram intenso diálogo com a *history from below,* igualmente valeram-se da imprensa na abordagem do seu objeto.

29 Não seria exagerado afirmar que quase todos os estudos sobre imigração valeram-se, em alguma medida, da imprensa, seja a fundada pelos próprios imigrantes ou a chamada grande imprensa, que debateu intensamente a questão da entrada de estrangeiros no Brasil. A variedade de temáticas e abordagens das pesquisas em curso sobre o tema, em diferentes regiões do país, pode ser auferida no livro que reúne as conferências e comunicações apresentadas no Seminário Nacional Imigração e Imprensa, realizado pela Unisinos (RS): Martin N. Dreher (org.), Imigração & imprensa, Porto Alegre/São Leopoldo, Edições EST/Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

30 A respeito, ver: Maria Stella Bresciani, "História e historiografia das cidades: um percurso", em Marcos César Freiras (org.), op. cit., pp. 237-58.

31 Heloisa de Faria Cruz, São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915, São Paulo, Educ/Fapesp/Imprensa Oficial, 2000.

32 Vale destacar, como estudo emblemático, o de Nicolau Sevcenko, Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20, São Paulo, Companhia das Letras, 1992. Nos limites desse texto, não é possível arrolar todas as possibilidades de pesquisa, mas vale lembrar a importância da trajetória da imprensa negra, que mereceu um estudo circunstanciado em Miriam Ferrara, Imprensa negra em São Paulo (1915-1963), Tese (Doutorado em Antropologia), São Paulo, FFLCH/USP, 1986. Mencione-se, ainda, a edição fac-símile do jornal dirigido por Abdias Nascimento, Quilombo (São Paulo, Editora 34, 2003), que circulou entre dezembro de 1948 e julho de 1950.

33 Ver, por exemplo, Heloisa de Faria Cruz (org.), São Paulo em revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana (1870-1930), São Paulo, Arquivo do Estado, 1997; Joaquim Nabuco Linhares, Itinerário da imprensa de Belo Horizonte (1895-1954), Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

34 Ana Luiza Martins, Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922), São Paulo, Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

35 Maria Celeste Mira, O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX, São Paulo, Olho d'Água/Fapesp, 2001; A Revista no Brasil, São Paulo, Abril Cultural, 2000. Igualmente de cunho geral, ainda que respondendo a problemáticas mais próximas do jornalismo, é o trabalho de Marília Scalzo, Jornalismo de revista, São Paulo, Contexto, 2003.

[36] A bibliografia acerca do tema é vasta. Ver, por exemplo, Renato Castelo Branco, Rodolfo Lima Martensen e Fernando Reis (orgs.), História da propaganda no Brasil, São Paulo, T. A. Queiroz, 1990; Ricardo Ramos, Do reclame à comunicação: pequena história da propaganda no Brasil, 3. ed., São Paulo, Atual, 1985. A publicidade no capitalismo monopolista foi tema do estudo Maria Arminda Nascimento, A embalagem do sistema, São Paulo, Duas Cidades, 1985.

[37] Marcia Padilha Lotito, A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20, São Paulo, Annablume, 2001. Ver ainda: Denise Bernuzzi Sant'Anna, "Propaganda e história: antigos problemas, novas questões", em Projeto História, n.14, São Paulo, PUC, 1997; Maria Diva Vasconcelos Taddei, A imagem no anúncio de jornal: São Paulo (1850-1914), Dissertação (Mestrado), São Paulo, FAU/USP, 1977.

[38] Ana Maria Mauad de Sousa Andrade, Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante no Rio de Janeiro, Tese (Doutorado), Rio de Janeiro, UFF, 1990. Ver especialmente o capítulo 4. Numa outra perspectiva, a imagem também é o foco central em Rafael Baitz, Um continente em foco: a imagem fotográfica da América Latina nas revistas semanais brasileiras (1954-1964), São Paulo, Humanitas, 2003.

[39] Teresinha A. del. Fiorentino, Prosa de ficção em São Paulo: produção e consumo (1900-1920), São Paulo, Hucitec/Secretaria de Estado da Cultura, 1982.

[40] Sérgio Miceli, Poder, sexo e letras na República Velha, em Intelectuais à brasileira, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 54. Publicado originalmente em 1977. O autor denomina de anatolianos os escritores do período estudado (início do século XX até 1922) que se esforçavam por satisfazer a todo tipo de demandas que lhes faziam a grande imprensa, as revistas mundanas, os dirigentes e mandatários políticos da oligarquia e que assumiam a forma de críticas, rodapés, crônicas, discursos, elogios, artigos de fundo, editoriais.

[41] João do Rio [Paulo Barreto], O momento literário, Rio de Janeiro, Garnier, s.d.

[42] Flora Süssekind, Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 93. Ver ainda Roberto Ventura, Estilo Tropical, História cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914), São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

[43] Mônica Pimenta Velloso, Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996, p. 209, trabalho originalmente apresentado como tese de doutorado em História na USP, 1995.

[44] Nicolau Sevcenko, Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na 1ª República, 3. ed., São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 23.

[45] A exploração sistemática das revistas literárias iniciou-se com o projeto idealizado e coordenado, nos anos 1960, por José Aderaldo Castello, que intentava analisar as publicações editadas a partir do romantismo, representativas de grupos e movimentos literários, e do qual resultaram várias dissertações e teses. Sobre os objetivos, consultar: José Aderaldo Castello, "A análise de periódicos na literatura brasileira", em Roselis Oliveira de Napoli, Lanterna Verde e o modernismo, São Paulo, IEB/USP, 1970, pp. 5-12.

[46] Angela de Castro Gomes, "Essa gente do Rio...", em Modernismo e nacionalismo, Rio de Janeiro, FGV, 1999.

[47] Lilia M. Schwarcz, O espetáculo das raças, cientistas, instituições e questão racional no Brasil (1870-1930), São Paulo, Companhia das Letras, 1993; Tania Regina De Luca, Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação, São Paulo, Unesp, 1999.

[48] Dulcília S. Buitoni, Mulher de papel: representações de mulheres pela imprensa feminina brasileira, São Paulo, Loyola, 1981; Dulcília S. Buitoni, A imprensa feminina, São Paulo, Ática, 1986.

[49] Joana Maria Pedro, Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe, 2. ed., Florianópolis, UFSC, 1998 (1. ed., 1994).

[50] Carla Bassanezi, Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996; Angeluccia Habert, Fotonovela e indústria cultural, Petrópolis, Vozes, 1974; Silvia Lustig, Mãe, obrigada: uma leitura da relação mãe/filho no Suplemento Feminino de OESP (1953-1979), Dissertação (Mestrado), São Paulo, ECA/USP, 1984; Sonia Mascaro, A Revista Feminina: imagem de mulher (1914-1930), Dissertação (Mestrado), São Paulo, ECA/USP, 1982. Uma consulta aos bancos de dados dos programas de pós-graduação aumentaria significativamente a lista, uma vez que há grande quantidade de teses e dissertações que tem se valido da imprensa para abordar o tema.

[51] Alessandra El Far, Páginas de sensação: a literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924), São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

[52] Dijaci D. de Oliveira et al. (orgs.), Primavera já partiu: retrato de homicídios femininos no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1998; Dijaci D. de Oliveira, A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil, Brasília/Goiania, UnB/FG, 1998. Ambos integram a série Violência em manchete.

[53] Zita de Paula Rosa, O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica, Bragança Paulista, EDUSF, 2002. Entre 11 de outubro de 2003 e 31 de janeiro de 2004 o Sesc Vila Mariana (SP) realizou ampla retrospectiva do periódico na exposição *O Tico-Tico: uma revista impressa na lembrança.*

[54] Gonçalo Silva Júnior, A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos no Brasil (1933-1964), São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

[55] Bethânia Mariani, O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989), Rio de Janeiro/Campinas, Revan/Unicamp, 1998 e Rodrigo Patto Sá Motta, Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964), São Paulo, Perspectiva/Fapesp, 2002.

[56] Sílvia Cezar Miskulin, Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana, São Paulo, Xamã/Fapesp, 2003.

[57] Mary Anne Junqueira, Ao Sul do Rio Grande: imaginando a América Latina em *Seleções*: oeste, *wilderness* e fronteira (1942-1970), Bragança Paulista, EDUSF, 2000; Antonio Pedro Tota, Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

[58] Maria Helena Capelato, Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo, Campinas, Papirus, 1998.

[59] Angela de Castro Gomes, História e historiadores: a política cultural do Estado Novo, Rio de Janeiro, FGV, 1996.

[60] Maria Aparecida Aquino, Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978), Bauru, Edusc, 1999. Ver também Anne-Marie Smith, Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil, Rio de Janeiro, FGV, 1997. A estratégia do jornal *O Estado de S. Paulo* para tornar patente a censura incluía a publicação de trechos de Camões no lugar dos artigos censurados, tendo sido discutida no livreto que acompanhou *A Revista*, n. 7, São Paulo, Takano Editora Gráfica, set. 2002.

[61] Bernardo Kucinski, Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa, 2. ed. rev. ampl., São Paulo, Edusp, 2003, constitui-se em trabalho fundamental acerca do tema.

[62] Beatriz Kushnir, Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988, São Paulo, Boitempo, 2004.

[63] Lílian. M. F. de Perosa, Cidadania proibida: o caso Herzog através da imprensa, São Paulo/ Imprensa Oficial, 2001; Maria Rosa Duarte de Oliveira, João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem, 2. ed. rev. e ampl., São Paulo, Annablume, 1993. A obra traz encarte com fac-símile de páginas inteiras e matérias publicadas nos periódicos *O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo* e *Última Hora*, entre 1961 e 1964.

[64] Ver, por exemplo, Luiz Maklouf Carvalho, Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro, São Paulo, Senac, 2001, que, além de acompanhar a carreira de Nasser, traça um amplo panorama da imprensa na segunda metade do século XX; Ana Maria de Abreu Laurenza, Lacerda *x* Wainer: o corvo e o bessarabiano, São Paulo, Senac, 1998; Fernando Moraes, Chatô: o rei do Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

[65] Maria Luiza Tucci Carneiro e Boris Kossoy, A imprensa confiscada pelo Deops (1924-1954), São Paulo, Ateliê/Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2003.

[66] Vavy Pacheco Borges, Maria de Lourdes M. Janotti e Izabel Marson, "A esfera da história política na produção acadêmica sobre São Paulo (1985-1994)", em Antonio Celso Ferreira (org.), Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo, São Paulo, Unesp/Fapesp/ ANPUH, 1999, pp. 141-68. A afirmação está na p. 163.

[67] Ana Luiza Martins, "Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras", em História, São Paulo, n. 22, v. 1, pp. 59-79, 2003, citação na p. 60.

[68] Recentemente foi publicada a edição completa, acompanhada de artigos analíticos: Alberto Dines (coord.), Correio Braziliense ou Armazém Literário, São Paulo/Brasília, Imprensa Oficial do Estado/Correio Brasiliense, XXX volumes, 2001-2003, edição fac-similar.

[69] Considerações ancoradas em Ana Luiza Martins, Revistas em revista, op. cit., pp. 33-110.

[70] A trajetória da indústria gráfica no Brasil pode ser acompanhada em Mário de Camargo (org.), Gráfica: arte e indústria no Brasil – 180 anos de História, São Paulo, Bandeirantes Gráfica, 2003; Wilson Matins, A palavra escrita, São Paulo, Anhembi, 1957.

[71] Roger Chartier, Do leitor ao navegador, São Paulo, Unesp, 1998.

[72] Nelson Werneck Sodré, op. cit.; Juarez Bahia, Jornal, história e técnica: História da imprensa brasileira, São Paulo, Ática, 1990.

[73] Fernando Lattman Weltman, "Imprensa carioca nos anos 50: os 'anos dourados'", em Alzira Alves de Abreu (org.), op. cit., pp. 157-87, aponta as críticas daqueles que defendem o surgimento do jornal empresa apenas nos anos 1950.

[74] Isabel Lustosa, O nascimento da imprensa brasileira, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003, p. 17.

[75] Reflexões para o caso europeu a respeito dessa intervenção dos jornais no espaço público e as modificações que se introduzem após a profissionalização dos periódicos foram desenvolvidas por Jurgen Habermas, Mudança estrutural da esfera pública, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

76 Isabel Lustosa, Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823), São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 427 e 434.

77 Marisa Lajolo e Regina Zilberman, A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 90.

78 Apud Herman Lima, História da caricatura no Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, v. 1, p. 71. A obra, o mais completo estudo sobre o tema até agora realizado, compõe-se de quatro volumes. A respeito da história da caricatura, ver também Joaquim da Fonseca, Caricatura: a imagem gráfica do humor, Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1999.

79 Estudos minuciosos dessa publicação e dos vínculos entre a experiência de Porto-Alegre na Paris de Honoré Daumier (1808-1879) e suas atividades no Rio de Janeiro estão reunidos no catálogo da exposição homônima, realizada na Fundação Armando Álvares Penteado (26 de abril e 22 de junho de 2003): Heliana Angotti Salgueiro (coord.), A comédia urbana: de Daumier a Porto-Alegre, São Paulo, Museu de Arte Brasileira – FAAP, 2003.

80 Apud Herman Lima, op. cit.,v.1, p. 137.

81 Angelo Agostini (ed.), Cabrião (1866-1867), São Paulo, Imesp/Arquivo do Estado, 1982, edição fac-similar; Emanoel Araújo (curadoria geral), Rafael Bordalo Pinheiro, O português tal e qual, São Paulo, Pinacoteca do Estado, 1996; Denise Mattar (coord.), Traço, humor e cia., São Paulo, Museu de Arte Brasileira – FAAP, 2003; Rafael Bordalo Pinheiro, Apontamento sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb pela Europa, São Paulo, Pinacoteca do Estado, 1996, edição fac-similar.

82 Marcos Antonio da Silva, Prazer e poder do Amigo da Onça (1943-1962), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; Elias Thomé Saliba, Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da *Belle Époque* aos primeiros tempos do rádio, São Paulo, Companhia das Letras, 2002; Lilia M. Schwarcz, As barbas do Imperador: um monarca nos trópicos, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

83 Nelson Werneck, op. cit., p. 247.

84 Maria de Souza Barros era uma senhora da alta sociedade paulistana, nasceu em São Paulo em 1851, filha de Luís Antonio de Souza Barros. Casou-se com o primo, Antonio Paes de Barros, daí o novo nome.

85 Maria Paes de Barros, O tempo de dantes, São Paulo, Paz e Terra, 1998, p. 136.

86 Ponto que evidenciado por Maria Helena Capelato, Os arautos do liberalismo, op. cit.

87 Herman Lima, op. cit., v. 1, p. 141.

88 Além da obra citada na nota anterior, ver: Alzira Alves de Abreu, A modernização da imprensa – 1970-2000, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002 e Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Dora Rocha (orgs.), Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC, Rio de Janeiro, FGV, 2003.

89 Danton Jobim, Espírito do jornalismo, 2. ed., São Paulo, Edusp, 2003, p. 29. (1. ed., 1992), apud Matinas Suzuki Júnior, "A maquiagem do mundo", em Folha de S.Paulo, São Paulo, Empresa Folha da Manhã, 1985, p. 9, grifo no original.

90 Jean-François Sirinella, "Os intelectuais", em René Rémond (org.), Por uma história política, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996, p. 249.

[91] Jacqueline Plet-Despatin, "Une contribution a l'histoire des intellectuels:les revues", em Nicole Racine e Michel Trebitsch (dir.), Sociabilites intellectuelles: Lieux, milieux, réseaux, n. 20, Paris, Cahiers de l'Institut d'histoire du temps present, mars. 1992, p. 126.

[92] As considerações baseiam-se em Angela de Castro Gomes, Essa gente do Rio..., op. cit., especialmente, pp. 10-31.

[93] Jacqueline Plet-Despatin, op. cit., p. 127.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de (org). *A imprensa em transição:* o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978).* Bauru: Edusc, 1999.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: história da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.

BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres:* revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista.* São Paulo: Brasiliense,1979.

BORGES, Vavy Pacheco; JANOTTI, Maria de Lourdes M.; MARSON, Izabel. A esfera da história política na produção acadêmica sobre São Paulo (1985-1994). In: FERREIRA, Antonio Celso (org.). *Encontros com a história*: percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: Unesp/Fapesp/ANPUH, 1999.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas.* Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos:* campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

BUITONI, Dulcília S. *Mulher de papel*: representações de mulheres pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981.

______. *A imprensa feminina.* São Paulo: Ática, 1986.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989).* São Paulo: Unesp, 1991.

______ (org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: PAULA, Eurípides Simões de (org.). *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.* São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971, v. II.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

______; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino*: imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo.* São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. *A imprensa confiscada pelo Deops (1924-1954).* São Paulo: Ateliê/Imprensa Oficial: Arquivo do Estado, 2003.

CHARTIER, Roger. *História cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

______. *Do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp, 1998.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta*: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: Educ/Fapesp/ Imprensa Oficial, 2000.

______ (org.). *São Paulo em revista*. Catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana – 1870-1930. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

DE LUCA, Tania Regina. *Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Unesp, 1999.

DOSSE, Françoise. *A História em migalhas*: dos *Annales* à Nova História. São Paulo/ Campinas: Ensaio/Unicamp, 1992.

DREHER, Martin N. (org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre/São Leopoldo: Edições EST/ Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

FALCON, Francisco J. C. História Cultural – dos antigos aos novos problemas. In: SOIHET, Rachel (org.). *Arrabaldes* – Cadernos de História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, 1996.

FERRARA, Miriam. *Imprensa negra em São Paulo (1915-1963)*. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado em Antropologia) – FFLCH/USP.

FERREIRA, M. Nazareth. *A imprensa operária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 5 ed. São Paulo: Bertrand, 1986.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

______. Essa gente do Rio.... *Modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES, Nilma Lino; SCHWARCZ, Lilia M. *Antropologia e História*: debate em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HABERT, Angeluccia. *Fotonovela e indústria cultural*. Petrópolis: Vozes, 1974.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande*: imaginando a América Latina em *Seleções*: oeste, *wilderness* e fronteira (1942-1970). Bragança Paulista: Edusf, 2000.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita*: livro e literatura no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História*: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

______. Documento/Monumento. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, v. 1.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, v. 1.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte – 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*: a guerra dos jornalistas na independência – 1821-1823. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

______. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LUZ, Nícia Vilela. *Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro*: os esforços em prol da industrialização. São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1959. (Coleção Revista de História).

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo, Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

______. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*. São Paulo, n. 22, v. 1, pp. 59-79, 2003.

MICELI, Sérgio. Poder, sexo e letras na República Velha. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas*: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

______. *A Revista no Brasil*. São Paulo: Abril Cultural, 2000.

MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada*: imprensa e Revolução Cubana. São Paulo: Xamã/ Fapesp, 2003.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. Depoimento de Emilia Viotti da Costa. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas:* uma questão de classe. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

PLET-DESPATIN, Jacqueline. Une contribution a l'histoire des intellectuels:les revues. In: RACINE, Nicole; TREBITSCH, Michel (dir.). *Sociabilites intellectuelles*: lieux, milieux, réseaux, n. 20, Paris, Cahiers de l'Institut d'histoire du temps present, mars. 1992.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales*: a inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.

______ (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIO, João [Paulo Barreto]. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*: introdução Metodológica. 3 ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso*: a representação humorística na história brasileira – da *Belle Époque* aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista.* São Paulo: Contexto, 2003.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racional no Brasil, 1970-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na 1ª República. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

______. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Marcos Antonio da. *Prazer e poder do Amigo da Onça (1943-1962).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA JR., Gonçalo. *A guerra dos gibis*: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos no Brasil – 1933-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no valo do Paraíba.* São Paulo: Brasiliense, 1961.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

______. *O que se deve ler para conhecer o Brasil.* 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand, 1976.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras*: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SUZUKI Jr., Matinas. A maquiagem do mundo. *Primeira página. Folha de S.Paulo.* São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1985.

TOTA, Antonio Pedro. *Imperialismo sedutor*: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*: Turunas e Quixotes. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*: História cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.